

ESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL DO SÉCULO XXI

Miguel Ángel Barrios*

O século XXI traz novidades geopolíticas de uma magnitude histórica, tais como as abaixo relacionadas.

a) O epicentro geoeconômico do sistema mundial serão os Oceanos Pacífico e Índico, colocando em posição secundária o Oceano Atlântico, que predominou durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e parte do XX.

b) O fracasso do intento de impor um sistema unipolar pelo projeto neoconservador dos EUA, e a emergência de um sistema multipolar. Hoje nos encontramos em uma situação de transição apolar.

c) A crise definitiva do Estado nacional clássico diante do surgimento dos Estados continentais industriais como únicos sujeitos reguladores do sistema mundial. Os EUA, a China, a Rússia e a Índia são sua demonstração mais eloquente. A União Europeia torna-se uma interrogação e a América do Sul uma possibilidade.

d) Henry Kissinger, um dos estrategistas mais importantes do século XX, afirma que a relação EUA e China é um elemento essencial para a ordem internacional, e que a perspectiva de paz e a ordem global poderiam depender dela. As duas são menos nacionais no sentido europeu que elucidações continentais de uma identidade cultural. Tal afirmação é a máxima forma do realismo.

e) A crise do capitalismo financeiro mundial surge no centro do poder político global e, no fundo, reflete a necessidade de se reformular para uma nova ordem econômica mundial, em virtude da crise do dólar.

f) O atual funcionamento do sistema capitalista mundial incita quatro crises simultâneas: a crise alimentar, a crise financeira, a crise energética e a crise dos recursos naturais.

g) A necessidade de democratização do regime internacional oriundo da “ordem” mundial bipolar, diáspora da Segunda Guerra Mundial.

* Doutor em Ciência Política e em Educação. Professor do Instituto do Serviço Exterior da Chancelaria Argentina. Autor argentino de várias obras sobre América do Sul, entre elas: *Dicionário latino-americano de segurança e geopolítica. Conselho sul-americano de defesa: desafios geopolíticos.*

h) O fim da ocidentalização da política mundial decorre do surgimento de Estados continentais industriais, que buscam criar um mecanismo de equilíbrio de poderes de variação multipolar.

i) O sistema mundial não pode funcionar sem a interferência do homem. O realismo da *Real Politik* engendrará uma geopolítica do caos. A assimetria social é um verdadeiro escândalo mundial.

O que acabamos de expor, em breves palavras, leva-nos, latino-americanos, a interrogarmo-nos se é possível que a América Latina possa contribuir para a consolidação de um sistema multipolar. Não somos neutros, o bicentenário é o momento da nossa segunda Independência. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é o embrião possível de transformar o paradigma do Estado continental industrial da América do Sul em Estado continental industrial da América Latina.

Reunimos três pequenos ensaios que constituem um texto único: 1) A Primeira Parte: Pensamento Estratégico (sem possuímos um claro roteiro estratégico, faremos formulações de curto prazo); 2) A Segunda Parte: O desconhecimento das dimensões componentes da Nação latino-americana, de nossa origem até a atualidade, torna a UNASUL como algo amorfo; e, 3) Uma geopolítica sul-americana e latino-americana com a face do século XXI, e que tenha como paradigma o Estado continental industrial.

PRIMEIRA PARTE - ESTRATÉGIA: ABORDAGENS TÉORICO-PRÁTICAS

1 INTRODUÇÃO

A estratégia foi considerada, durante muito tempo, uma atividade relacionada exclusivamente com o campo das operações militares. Seus primeiros pensadores provêm desse âmbito, buscando a forma de colocar alguma ordem intelectual e transformá-la em sua disciplina. Assim, desde Sun Tzu até os dias atuais, segue-se ainda buscando a maneira de se organizar o pensamento estratégico.

Seu estudo ampliou-se para incluir as decisões de natureza política/diplomática/segurança/defesa/econômico-educativa/empresarial, etc., arriscando-se na sua conceituação e variação de conteúdo. Objetivo deste miniensaiio consiste em desentranhar a importância do pensamento e da ação estratégica no seu caráter de construtor de “realidades”.

Clausewitz dizia que a guerra não pertence ao campo das artes ou das ciências, mas da existência social:

É um conflito de grandes interesses, resolvido com derramamento de sangue e apenas nisso se diferencia de outros conflitos. Seria melhor, se ao invés de compará-la com qualquer outra arte a compararmos com o comércio, que também é um conflito de interesses e atividades humanas, e se parece mais com a política, que por sua vez, deve ser considerada como uma espécie de comércio em grande escala. Mais ainda, a política é o local onde se desenvolve a guerra. (CLAUSEWITZ, 1983, p. 91).

O enfoque moderno considera as relações humanas semelhante a jogo de preferências, em que é necessário conciliar para poder conviver nas coincidências assim como nas discrepâncias. Neste aspecto, há um avanço considerável, pois o fenômeno que se denomina conflito é parte da natureza humana, vez que está presente em todas as suas atividades, sejam elas políticas, econômicas ou militares. Na realidade, Nicolau Maquiavel (1513) foi quem sustentou uma visão pessimista da liderança² humana. Na declaração de Carlos Flórida, “o homem sujeito de desejos e paixões, eternamente insatisfeito” (FLÓRIDA, 2002, p. 13-14). Ele continua dizendo que o homem é um ser limitado, não apenas no plano ético, mas, também, em sua liberdade; e que a vida política é feita de conflito, necessidade e fortuna (azar e sorte).

Em nossa vida e nas relações com os demais, vivemos todos num conflito permanente. Tomamos decisões e criamos estratégias diárias para resolver os que se apresentam para nós, muitas vezes, sem que tenhamos conhecimento de sua existência, atuando intuitivamente. Reconhecemos que a maioria dos seres humanos necessita de algum tipo de ferramenta que lhes ajude a pensar em termos estratégicos, procurando esboçar uma teoria ou um modelo que lhes facilite a resolução de problemas, desde o mais simples, no nível pessoal, até o mais complexo, gerado por organizações ou Estados. Convém articular um modelo teórico que nos sirva nas tomadas de decisão, e que este seja originário de um método.

2 N.T.: O autor no original utiliza a palavra “conducción”, porém, preferimos usar, na língua portuguesa, a palavra liderança (liderazgo).

Na realidade, toda decisão consiste em passar das ideias para a ação. Neste percurso, a estratégia confere intencionalidade à ação, respondendo a um raciocínio inteligente, e não a fatos desprovidos de sentido aparente, concreto e prático.

2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Parece-nos importante, antes de adentrarmos na aproximação da elaboração de um método de raciocínio estratégico, realizar uma retrospectiva histórica da estratégia, a partir de um enfoque originário de construção de uma teoria geral sobre a guerra. Será possível deduzir que a arte da guerra – esporte dos nobres – reduzia-se à preparação de forças para o combate e abrangia todos os conhecimentos que elaboravam os aspectos materiais de uma confrontação. A convocação; a preparação e o emprego das armas; a construção de fortificação e fossos; a organização do exército e os mecanismos necessários para seus deslocamentos etc. eram os objetivos desse conhecimento e que apontava, fundamentalmente, para a melhor utilização da força armada na guerra. Desta forma, a atenção estava dirigida ao campo dos objetivos materiais. O problema exposto desta forma era reduzido a uma solução matemática ou, em resumo, a uma mecânica refinada.

Quando alguns autores começaram a estudar a “arte dos locais” de algumas fortalezas, pela primeira vez surgiram considerações sobre a condução do combate em si, mas sempre referida a novos objetos e a como alcançá-los, tais como foram as formas de aproximação dos objetivos, as fortificações, as trincheiras, as baterias etc. Neste sentido, as doutrinas de Von Bülow e do Barão Jomini tentaram formalizar a condução do combate com conceitos numéricos, tabuleiros estratégicos, ângulos, base de operações, fatores logísticos, linhas interiores etc. (MILIA, 1965). Então, começou a ser considerada a tática, que buscava desenhar uma disposição eficiente no combate. Seus estudos baseavam-se, quase exclusivamente, nas formações e no ordenamento de batalha, transformando, desta forma, o exército numa força que respondia mecanicamente às vozes.

Na medida em que a guerra se desenvolveu-se, da Idade Média até à Moderna, o ser humano foi analisando e descobrindo as causas e

os efeitos deste fenômeno social. Os acontecimentos militares que se sucediam conduziram a história a adotar um caráter mais crítico. Chegou-se, desta maneira, à necessidade de se estabelecer alguma teoria, com regras e princípios próprios, que permitisse estabelecer certa ordem conceitual nesta atividade humana.

No começo do século XIX, Clausewitz, o grande filósofo da guerra, relativizou as teorias exclusivamente “engenheiras” sobre a condução da guerra, que só levavam em conta os parâmetros materiais. “A atividade bélica nunca é dirigida contra aspectos materiais somente, mas também contra as forças morais que dão vida aos materiais.”, dizia Clausewitz (1983, p. 68). Já no século XX, aparecem vários estrategistas, entre eles Liddell Hart que proclama:

- 1) Que tratar a guerra qualitativamente, como se fosse simplesmente a concentração de forças superiores no lugar escolhido, é tão imperfeito como tratá-la geometricamente, como um assunto de linhas e ângulos.
- 2) Que a potência combativa não é senão um dos instrumentos da grande Estratégia (Nacional) e que existem outros, tais como a pressão financeira, a diplomacia, a comercial, e não menos, a pressão ética que servem para debilitar a vontade do oponente. (HART, 1984, p. 530-539).

Desta maneira, expande-se o alcance da estratégia para dar espaço aos campos da Política, da Economia, da Educação e das Relações Internacionais, tratadas como Ciências Sociais e não como Ciências Exatas.

Por muito tempo, existia uma ignorância sobre o que significava verdadeiramente a estratégia. Beaufre (1982), quando analisava os fatos referentes às ações de Hitler, entre 1936 e 1939, afirmava, na década de sessenta que:

Por carecer de uma estratégia, temos sido constantemente incapazes de compreender as manobras que tratavam de nos reduzir. Concluía que... foi-nos fatal a ignorância da Estratégia... e que a mesma não pode ser uma doutrina única, senão um método de pensamento, que permita classificar e hierarquizar os acontecimentos, para logo escolher os procedimentos mais eficazes. A cada situação corresponde uma estratégia particular. (BEAUFRE, 1982, p. 11-12).

Também afirmava Beaufre (1982, p. 18) que: “Em estratégia, mais que em qualquer outro âmbito, há que saber distinguir o essencial do acessório, remarcando, assim, a importância de saber o que é ou não relevante.”

O pensamento estratégico é inevitavelmente pragmático. Depende de realidades como a geografia, a sociedade, a economia e a política, assim como daqueles fatores passageiros, que provocam situações e conflitos que requerem uma solução (PARET, 1991, p. 15).

Beaufre afirmava que a estratégia devia “excluir a rotina e fazer um chamamento para a imaginação e para a meditação”. O mesmo autor continuava seu raciocínio, colocando como exemplo que nenhum artista pinta um quadro, simplesmente seguindo uma lista de regras teóricas. Deste modo, deduzia que “a estratégia é um perpétuo inventar, baseado em hipóteses, que será preciso experimentar na plena ação e onde os erros de apreciação serão pagos com o alto preço da derrota”. (1982, p. 132)

Beaufre concluía sobre o particular “[...] que a estratégia deveria constituir uma das importantes disciplinas, por ser um meio de ação da política” (1982 p. 47-48).

Neste sentido, Clausewitz é categórico ao afirmar “A intenção da política é o fim, a guerra é o meio e nunca se pode pensar um meio separado de seu fim” (CLAUSEWITZ, 1983, p. 87).

Na realidade, a razão do estudo teórico da estratégia é, fundamentalmente, determinar como transitar das ideias para a ação, da maneira de elaborar as formas possíveis de concretizá-las ou materializá-las (RELAMER, 2005).

3 DESENVOLVIMENTO

Uma vez estabelecido o itinerário histórico nas grandes linhas, a partir do campo militar da estratégia, julgamos necessário localizar a estratégia no campo da ação social em sua essência de método de raciocínio e, também, evitar que, por sua repetição cotidiana, ela perca substância.

Dizíamos que toda teoria da estratégia consiste em explicar uma “classe” de fatos e processos sociais que se caracterizam por suas particulares atenções aos problemas do poder, os objetivos e o plano de execução empregado. A teoria da estratégia foca nos fatos de poder

dirigidos a um ponto de chegada, em um tempo determinado. Equivale a dizer, “São planos de ação, executados, que tentam alcançar um resultado – são poderes programados para um fim” (LABOURDETTE, 1999).

A tentativa de esboçar um esquema teórico-prático passa por indagar, refletir e explicar uma classe de sucessos que se encontram em grande medida na incerteza e que operam, ademais, sobre campos de incerteza. É um dos paradoxos da estratégia – pois por um lado é o intento mais racional (no sentido de articular meios e fins) estruturado, conduzido e dirigido ao êxito de objetivos pré-fixados, com as cotas de poder necessário. É um intento deliberado de abrandar a incerteza; de fazer previsível o que virá; de fazer acontecer o que se pretende; de dominar as forças que operam ou se dispersam ou volatizam seus esforços; de buscar os caminhos mais adequados para chegar ao destino; de fazer real o destino almejado. E, por outro lado, ao desenvolver-se em um cenário dinâmico, provoca e desata as alternativas, as rivalidades, as resistências, e as oposições de outros atores [...]. Isto significa abrir um espaço social novo e, portanto, desconhecido, inaugurando um jogo de final incerto; é, em parte, jogar e, em consequência, facilitar o infortúnio, pondo em marcha de luta forças adormecidas, que despertam diante ao movimento estratégico e se expandem com vigor inesperado – enriquece a situação social anterior ou vigente com novas configurações mediante os entrecruzamentos dos ensaios rivais, adversários, e inimigos com as forças próprias, aliadas e amigas.

Se há um conflito, existe estratégia, ainda que seja uma estratégia de paz e de consenso. Não há estratégia que não gere múltiplos pontos de resistência, de hostilidade, de inimizade, de enfrentamento. Na realidade, na maior parte dos casos trata-se (ainda que não se reconheça) de fazer prevalecer a estratégia e, depois, de buscar o consenso como desnecessário e sem perigo. Toda estratégia é um esforço para imprimir uma direção a uma série de fatos e situações e também é, ao mesmo tempo, uma construção política altamente instável, que, por sua sorte, depende da junção de múltiplos fatores internos e externos. O pensamento estratégico parte de um pressuposto fundamental: nada é seguro em princípio. Nada ocorre de forma necessária e inexorável. Nada está predeterminado, para tudo há algo que se possa fazer.

A estratégia pretende introduzir uma ordem no suposto “caos”. Caos que implica um conjunto de possibilidades que acontece ao azar.

A estratégia impõe seu selo; imprime uma linha; sustenta um roteiro; inaugura ou timoneia um processo; dirige uma sequência ou alinha-a; ou implica uma vontade intervencionista sobre o mar de incertezas a fim de assegurar o que se pretende. O caos, nestes casos, assinala situações de infortúnio e também propensões adversas, dirigindo-as aos fins projetados – não ensaiar alguma estratégia implica que o campo estratégico seguirá povoado de falsas estratégias.

É como dizer equivocadamente que qualquer um pode triunfar e estabelecer um rumo. Deve-se entender que quem não constrói uma estratégia para alcançar os fins, objetivos ou propósitos aos quais aspira, fica à mercê dos resultados das estratégias dos adversários. Quem não faz estratégia não vive apenas à margem dela, mas, se sujeita às estratégias rivais vencedoras – logo, existem estratégias para atacar, mas também há aquelas para se defender, para resistir, para evitar e para sobreviver. Os desprovidos de estratégia são desprovidos de respostas, sejam elas ofensivas ou defensivas – não é casual que os mais fracos, os mais pobres, os mais “desarmados” sejam os que não possuam estratégias. A estratégia é um movimento de intervenção social contra o futuro incerto, contra a corrosão do azar, contra as estratégias dominantes adversas e também contra a imposição, o imposto, o estabelecido e o vigente.

A estratégia origina ou participa deste jogo paradoxal de combater a incerteza, mediante o poder de uma direção (equivocada ou não) e de abrir caminhos diante das novas incertezas nos cruzamentos de estratégias rivais ou de situações futuras desconhecidas. Logo, a estratégia é sempre uma criação, porque pensar estrategicamente implica uma aguda seleção de procedimentos conceituais e de ações.

A estratégia é uma intervenção social e política que parte de uma situação presente para um horizonte futuro escolhido, possível, incerto e desconhecido, em maior ou menor medida. A distância que há entre o presente e esse futuro é o caminho em espiral da estratégia. O presente exige um diagnóstico da situação. Este diagnóstico deve ser uma série de aproximações acerca do que há, de que se tem e com que se pode contar, mas também do que está faltando, quais são os obstáculos e as debilidades alheias e rivais. São definidos os atores políticos e sociais, com suas respectivas estratégias, seus poderes e suas deficiências.

O caminho é o desenvolvimento no tempo do levantar voo estratégico, e isto supõe etapas e articulações diversas conforme as

situações cambiantes e o entrelaçamento de estratégias confrontantes. Aqui a estratégia define-se e se redefine no processo, contrai-se e se expande, se oculta e se exhibe, espera e avança, sempre visando alcançar o propósito que terminará se impondo aos dissabores, isto é, terá um alto grau de esperança e de utopia (real ou irreal) que impulsiona e empurra o percurso dentro do seu ciclo.

O futuro é o conjunto de horizontes possíveis em que é preciso esperar, aspirar e construir. Há horizontes alternativos, próprios e alheios; favoráveis e desfavoráveis. E esse plano futuro abrange desde a realização e a ambição pessoal até a realização da utopia, o destino ético, a sociedade – humanidade buscada, passando por seus degraus intermediários. O futuro é o farol da esperança que ilumina o trajeto e evita o desarme moral e a falta de ação. É o espelho virtual onde cada grupo se vê como quer ser e aonde quer chegar.

Temos delineados o marco e o esboço teórico da estratégia em nosso núcleo de trabalho, mas não podemos esquecer o essencial: a estratégia é uma práxis; uma práxis dirigida e orientada; uma práxis conduzida; uma práxis com diversos graus de poder. Todas essas características não fazem mais do que ressaltar o caráter da práxis. Pode-se dizer que a estratégia é uma realização. É uma intervenção e um impacto sobre a realidade.

A estratégia, em nosso esquema prático, significa um movimento complexo e articulado de partes fundamentais, secundárias e residuais. Aqui destacamos as quatro principais áreas que devem ser levadas em conta para existir como tal. Sem qualquer uma delas, por mais débeis e insignificantes que possam parecer, a estratégia não se materializa, não atinge os fatos e o processo social. Logo, estes são os componentes a que se deve atender no momento de se gerar uma estratégia ou avaliá-la.

Tais componentes se ordenam de maneira circular e se retroalimentam. Elestêm uma autonomia relativa e uma interdependência recíproca. **Os quatro elementos são³: a liderança, o projeto, o poder e o tempo.**

3.1 A LIDERANÇA

Toda liderança exige uma capacidade de dirigir atividades e processos sociais até atingir os objetivos escolhidos.

3 O texto está negrito no original.

A liderança dirige a decisão. A capacidade de decisão implica saber e poder, saber operativo e poder específico, saber técnico e prático (além do teórico) e capacidade de execução.

A liderança é uma combinação entre a capacidade operativa razoável e a liderança coletiva personalizada. É uma capacidade para gerir resultados.

3.2 O PROJETO

O projeto da estratégia é um esboço operacional orientado para uma meta, isto é, consiste em um projeto estratégico. O projeto estratégico é o conjunto de propostas e atividades que se sabem necessárias para alcançar a meta.

O projeto estratégico pode ser uma resposta ou um conjunto de respostas aos problemas detectados e que exigem solução. Deve ser a resposta na realização. A resposta é “construída” a partir da ação dirigida. Se não se pode realizar, o projeto fracassa. Mas há uma responsabilidade intrínseca na instância do projeto inseparável e inescusável. Esta instância é a do “realizável”. O grau de realização de um projeto é seu grau de consequência e efetividade sobre a realidade.

O projeto estratégico possui alguns pontos-chave: objetivo, situação, plano, procedimento de realização, projeção dos cenários futuros.

Neste ponto, podemos observar que o projeto estratégico, ao partir de uma situação presente para um horizonte futuro, encontra-se atravessado por uma variável que influencia em todos os seus pontos e que se transforma, para tanto, na variável principal.

3.2.1 O CENÁRIO

O cenário constitui-se em um entorno local, regional e internacional, não neutro, composto por uma mistura de fatores geopolíticos, históricos, sociais, culturais, econômicos, etc., sendo povoado por atores estruturais e conjunturais que expressam diversos níveis de poder assimétrico, que ocultam ou exibem, conforme seu potencial, graus de conflito, entendidos a partir de nossa visão como inerentes à natureza humana.

Não se pode criar ou estimar projeções de cenários futuros sem analisar as potencialidades e debilidades do cenário presente,

é justamente aí onde a estratégia se move em seu caráter de práxis deliberada.

3.3 O PODER

A problemática do poder segue reduzida a uma perspectiva “ideológica” ou “jurídica”.

O poder é uma capacidade social que se manifesta em quatro níveis, e com este enfoque multidimensional rompemos o nível institucional do poder: a autoridade, a influência, a manipulação e a coerção.

O poder se conforma com elementos concretos que compõem a realidade social: ações e práticas de todo tipo (institucional e organizacional), de mitos, de crenças, de valores e de organizações de capacidade criativa e impositiva. Desta forma se produzem assimetrias no conjunto das relações sociais.

Os ingredientes do poder a partir deste enfoque são:

- a) Ideias e crenças: os símbolos, mitos, conhecimento, ciência e ideologia.
- b) População: setores sociais, classes, estratos, marginalidades.
- c) Espaço: território, áreas centrais e periféricas.
- d) Recursos e tecnologia: desenvolvimento econômico, produtividade, desenvolvimento tecnológico.
- e) Organização: variáveis orgânicas do Estado, partidos políticos, organizações trabalhistas e de produção, organizações armadas, etc. (LABOURDETTE, 1999, 87-90).

3.4 O TEMPO

O ciclo estratégico completa-se com o tempo. Todo ensaio, todo projeto e toda realização de caráter estratégico requer tempo. Neste sentido, pode-se considerar que é um fator ou recurso escasso e necessário. Entretanto, discute-se o que é o tempo, filosoficamente e cientificamente. No âmbito da estratégia, dizemos que é um recurso escasso, instável, impreciso. Não existe nenhuma segurança do que é o tempo.

Mas o tempo cronologicamente cria e destrói o poder, por isso a estratégia necessita firmar uma relação privilegiada com o tempo.

Necessita de tempo para se realizar e precisa estabelecer um controle sobre o tempo.

4 CONCLUSÃO

Os quatro degraus consistem em um esquema prático, a partir do conceitual, para ponderar sobre as distintas etapas no tempo sobre a estratégia. São etapas possíveis e prováveis, mas nada indica que, na realidade, elas precisam ocorrer inevitavelmente e que estes distintos momentos temporais devam acontecer obrigatoriamente. São apenas guias conceituais para avaliar a situação em que se encontram as estratégias dentro das operações. Por isso, este modelo tentado apenas pode possuir um marco flexível para observar e analisar os níveis temporais em que estão as estratégias na ordem temporal, no campo onde diferentes estratégias competem ou lutam, no grau de desenvolvimento e decadência de cada uma delas. Assim, é possível detectar o poder, a força e a potencialidade, pelo menos de forma temporal, do complexo jogo estratégico de cada um de seus componentes. E, quiçá é possível inferir os graus futuros que cada estratégia e conjunto devem percorrer até o final, tratando de resgatar fatores de previsão ou ao menos de aproximação, sempre tão esquivos no campo do social e histórico.

Em síntese, é necessário retomar a prática do pensamento estratégico e renová-lo, para que nossos países não sejam reféns do curto imediatismo. Por ele, resulta vital um pensamento estratégico nacional – o pensamento estratégico é um pensamento político e a estratégia é um subproduto do pensamento político. Neste sentido, é um pensamento de princípios gerais, não ideológico; é um pensamento global, mas atento a não se deixar arrastar pela tentação das novas totalizações.

Conceitos gerais em um mundo global de hoje – a avaliação é global, não isolada, mas o sistema de conceitos global não é uma nova totalidade –, as totalidades são sempre o pré-anúncio de uma nova ideologia, e este pensamento conceitual global é um pensamento em que se funda a vocação de protagonismo e inserção internacional de uma Nação.

A essência da política é a vontade de Poder, não é a análise e o pensamento político. E a vontade de Poder é a vontade de um País e de uma Nação. Hoje existe mais força do que nunca no conceito de Nação. O que

está em crise é o tipo de Estado que será protagonista na globalização, e este não é somente um Estado nominal. O problema é que a força de uma Nação se manifesta em sua vocação de inserção internacional. É sua vontade de poder. (CASTRO, 1999, p. 90).

No convencimento de que a América do Sul tem algo a dizer, algo próprio a transmitir nesta sociedade mundial em crise, onde o que emergirá não é uma sociedade fundada na homogeneidade de seus protagonistas, senão em uma afirmação e exaltação das diferenças, das diversidades e da pluralidade, daí que nos resulta vital recuperar o exercício do pensamento estratégico para resgatá-lo e torná-lo viável aos múltiplos desafios da globalização no século XXI. O século XXI encontra-se envolto na terceira onda do processo de globalização, entendida esta como um processo de natureza histórica, cuja primeira onda a impulsionou para os grandes descobrimentos geográficos, que foi a expansão mercantil do século XV ao XVII; a segunda materializou-se por meio de revolução industrial no século XVIII; e a terceira onda foi a revolução da informação e da comunicação no século XX.

A globalização aprofunda-se com a nova situação geográfica mundial, cuja característica consiste, a partir da queda do muro de Berlim, na passagem de uma época marcada pela bipolaridade, a uma nova fase que, todavia, não podemos precisar se terá uma matriz unipolar ou multipolar. Além disso, a globalização, nesta terceira fase, como resultado da vertiginosa revolução tecnológica, cuja face mais visível seria “o continente virtual” ou “a aldeia global”, trouxe um processo de redefinição do papel do Estado como o único ator do sistema mundial, pois surgem, na atualidade, novos atores públicos e privados, apagando as fronteiras internas e externas existentes. Entretanto, o conflito segue intacto, “o final da história” foi uma ilusão fugaz, o que vem ocorrendo é o contrário, os conflitos têm-se revitalizado, confirmando uma vez mais que constituem uma ação de natureza intrinsecamente humana, e, portanto, social.

A partir do que foi exposto ao longo deste capítulo, é mister afirmar que é necessário e imprescindível, mais do que nunca, recuperar a cultura do pensamento estratégico, obrigando-nos a intervir criativamente em um cenário de conflitos que exige rapidez de soluções, edificadas sobre um projeto. O presente ensaio visa alcançar este fim, porque

acreditamos que também exista uma perigosa repetição, sobrecarregada de valorações, a respeito da funcionalidade da estratégia, em risco de esvaziar o seu conteúdo.

Inseridos no âmbito educativo, não podemos nos esquecer da responsabilidade que nos exige o tempo histórico em que vivemos.

A educação na globalização significa a aquisição de competências para a tomada de decisões em um cenário de incertezas.

Assim, a estratégia, neste processo de redescobrimento que fazemos, torna-se vital para nos transformarmos **em protagonistas, assumindo nosso papel de atores sociais e nacionais neste novo século**⁴.

REFERÊNCIAS

CLAUSEWITZ, Carl Von. *De la guerra*. Buenos Aires: Solar, 1983.

FLORIA, Carlos. Prólogo. In: *El príncipe*. Buenos Aires: Solar, 2002.

MILIA, Fernando A. *Estrategia y poder militar*. Bases para una teoría estratégica. Buenos Aires: Base Naval/Instituto de Publicaciones Navales, 1965.

HART, Liddell. *Estrategia*. La aproximación indirecta. Buenos Aires: Círculo Militar, 1984.

BEAUFRE, André. *Introducción a la estrategia*. Buenos Aires: Struhart y Cía, 1982.

PARET, Peter. *Creadores de la estrategia moderna*. España: Princeton University Press 1986. 1991. Versión española Ministerio de Defensa de España.

RELAMER, Guillermo. *Estrategia answer just time*. Bases para una teoría estratégica. Buenos Aires: Base Naval/Instituto de Publicaciones Navales, 2005.

4 Os trechos negritados no texto traduzido reproduzem aqueles que estão da mesma forma no texto original do autor.

LABOURDETTE, Sergio. *Secret and power in social life*. In: Orientación y Sociedad. Buenos Aires, v. 5. 2005.

BOLETÍN DEL INSTITUTO DE SEGURIDAD INTERNACIONAL Y ASUNTOS INTERNACIONALES. Entrevista do autor a Jorge Castro publicada en el Año 2. v. 5. Marzo de 1999.

SEGUNDA PARTE: DO UNIONISMO HISPANO-AMERICANO AO INTEGRACIONISMO LATINO-AMERICANO

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os fundamentos sócio-históricos que justificam o pensamento integracionista latino-americano, desenvolvido desde o unionismo do século XIX até o integracionismo político do século XXI. Os processos de integração constituem respostas geopolíticas para ganhar espaços de soberania de fato, condição básica para fortalecer a autonomia e a viabilidade dos Estados que serão – já são em uma “ordem” unipolar, multipolar ou unimultipolar – exclusivamente os Estados continentais industriais.

Um Estado Continental industrial deve sustentar-se em função de um Poder multidimensional e de uma matriz tangível e intangível. Não há nada mais errado do que conceber um poder em forma exclusivamente coercitiva como um rígido poder unicamente. Neste caso, os EUA seriam eternamente uma potência como poderia ter sido o Império Romano, se nos guiamos exclusivamente por seu orçamento e potencial militar. Um poder multidimensional exige todas as dimensões que formam a realidade social: a) Ideias e crenças: símbolos, mitos, conhecimentos, ciência e ideologia; b) População: setores sociais, classes sociais, estrato e marginalidades; c) Espaço: território, áreas centrais e periféricas; d) Recursos e Tecnologia: desenvolvimento econômico, produtividade e desenvolvimento tecnológico; e) Organização: variantes orgânicas, Estados, partidos políticos, organização do trabalho e da produção, organizações armadas etc. (LABOURDETTE, 1999, p. 95).

As ideias e crenças, entendidas como fatores intangíveis da identidade e como sistema de ideias mobilizadoras da comunidade,

são as que fortificam o projeto estratégico do poder multidimensional, para que ele não ande à deriva ou para que não haja uma assimetria da dimensão do poder, como, por exemplo, ocorre nos Estados Unidos: eles transformaram seu complexo militar industrial no poder real de um Estado, pensamento próximo ao que existiu a milhares de anos na concepção militar do Império assírio da Antiguidade. Podemos entender que os processos de integração somente serão viáveis no sistema mundial, no caso de desenvolvimento que abranja ideias e crenças que totalizem o círculo cultural que se expressa na forma de um Estado continental industrial.

É necessário conferir ao processo de integração latino-americano uma autoconsciência histórica, reconstruindo o itinerário de um pensamento unitário, porque a maior defasagem da nação latino-americana consiste no fato de que somos um todo que não consegue se unir. Neste aspecto, trabalhamos ao longo deste estudo com a orientação da história das ideias conforme procederam os pesquisadores da América Latina, convocados pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), em 1974, durante a presidência de Leopoldo Zea.

Daquele momento em diante, sugere-se uma concepção da ideia, entendendo-a como um elemento significativo que integra uma estrutura mais ampla econômica, política, etc., respaldando as grandes ideias em suas diversas manifestações; também se aconselhava a não abordar a história das grandes ideias como apenas história acadêmica, senão abri-las à incorporação dos estudos dos grandes movimentos de libertação e integração latino-americana. Por último, destacava-se a necessidade de partir do pressuposto da unidade do processo histórico da América Latina, avançar desde as histórias nacionais até uma concepção mais ampla pelas grandes regiões (a América Central, a América Andina, o Caribe, o Rio da Prata, etc.), e indicar no que fosse possível as influências em relação aos processos históricos próprios, assim como ter em conta a presença das formas de consciência social dentro dos quais têm exercido seu papel as ideias (ZEA, 1986, p. 36). Este marco conceitual contextualiza a análise interpretativa que se apresenta neste trabalho.

Assim mesmo, precisaremos de algumas questões particulares metodológicas para obter um corpo coerente do trabalho. Lidamos com uma consideração não dogmática da categoria do pensamento, mas sim com a sua concepção ampla e frágil (BARRIOS, 2007, p. 30).

Complementamos nosso marco metodológico, afirmando que uma história pura das ideias não tem sentido, daí a importância de sua relação com os desafios ou “tensões” impostas pelo seu tempo, pelo que no pensamento político é claramente dinâmico e não dogmático e, além disso, “neuro”, porque nos distancia de toda conotação ideologizante. O estudo da história das ideias deve ter em conta as variadas interações que se produzem entre as ideias e a realidade política, social e econômica.

Trataremos de “evitar cair em reducionismos muito fáceis de cometer se mantivermos um enfoque dogmático e unilateral, para tanto manejamos com uma concepção multicausalista e probabilística que nega a possibilidade de atribuir a priori de forma definitiva, um peso determinado a uma categoria de fatores ou motivações frente a outros”. (BARRIOS, 2007, p. 31).

O universo de estudo que abordaremos será o da busca incessante da unidade latino-americana com suas matrizes, vertentes e variantes, de acordo com sua dinâmica histórica em relação às “tensões de época”, dividida em dois subtipos: a) o unionismo hispano-americano do século XIX e b) o latino-americanismo integracionista do século XX e suas perspectivas no século XXI.

Parece-nos muito importante realizar esta subdivisão dentro da categoria mais ampla do pensamento integracionista, já que o objetivo geoestratégico da unidade subcontinental da raiz ibero-americana ou latino-americana (nós manejaremos a partir desses conceitos, já que nos parece inútil entrar em uma discussão problemática e improdutiva aos fins deste trabalho) consistiu e consiste na busca da autonomia e na origem do *ethos*, ou seja, o sujeito latino-americano. Para ambas as etapas, enfocaremos suas figuras mais representativas: Bolívar e San Martín, com o unionismo hispano-americano: século XIX–; Manuel Ugarte: século XX –nexo entre o hispano-americano e o latino-americano. e Juan Perón: século XX e XXI.

2 O UNIONISMO HISPANO-AMERICANO – SÉCULO XIX

Na história da humanidade, a gênese da América Latina constitui um acontecimento único e original. Efetivamente, nunca antes e nem depois houve tamanho encontro e fusão dos três grandes troncos da

família humana em um mesmo espaço planetário, pela confluência da estirpe indo-americana pré-existente, originária da Ásia e Oceania – com os brancos europeus e os negros africanos. Mas este acontecimento, por certo, não foi unicamente uma mestiçagem (ainda que inédita) meramente limitada ao étnico e em definitivo submetida a uma “aculturação”, induzida de fora por um sistema de vida e cultura “imposta” pelo “conquistador” espanhol dos tempos modernos.

Foi uma “regeneração” humana e cultural, uma profunda síntese, que, sobre a raiz indo-americana, “criou” a insólita novidade de um ser histórico de identidade definida, fundada na comum cosmovisão do catolicismo barroco e na intercomunicação, constituída e unificada das línguas hispânicas (espanhol e português). Nasceu, assim, uma nova dimensão da família humana, dotada também de uma cultura original e renovadora, que chega até os nossos inovadores dias, apesar de dois séculos deformados por “alienações” e persistentes embates “colonialistas”. Para compreender esta radical originalidade de nossa identidade nacional latino-americana, é preciso examinar o processo e a característica da rica e intensa mestiçagem originária, e o peculiar ordenamento do chamado “Reino das Índias”.

Roma foi a gestora da unidade histórico-cultural da Península Ibérica, desde que, no início do século II a.C., a Hispanha foi integrada ao mundo latino. Nos quase sete séculos, a Hispanha ofereceu a Roma grandes personalidades, como, por exemplo, os imperadores Trajano e Adriano e o filósofo Sêneca. Prestou-se como barreira de contenção dos ataques do islamismo à Europa e, simultaneamente, serviu de escada mediante a qual o Império Romano entrou em contato com as riquezas orientais. Entretanto, foi na luta da “reconquista” que a Espanha forjou sua identidade – a Hispanha incluía Portugal –, já que este país nasce como um condado de Castela e logo se torna independente, no ano de 1139. Durante os anos de 1580-1640 retornou a aliança peninsular durante o reinado dos Felipes, mas posteriormente a tendência atlântica de Portugal.

Quatro características essenciais caracterizavam a constituição política do reino americano: o caráter independente, separado e distinto do Reino das Índias a respeito do Reino de Castela e de outros domínios peninsulares e europeus de dita coroa; a natureza principalmente consuetudinária de sua organização; a chamada “assimilação institucional” com os modelos de

Castela e um profundo sentido de expressão popular e de liberdade política, através das prefeituras ou câmaras municipais da vizinhança americana, verdadeiros titulares da soberania do Reino. (ABADIE; SANTEICIERI, 1992, p. 41).

Por reais títulos, de 14 de setembro de 1519 e o de 9 de julho de 1520, os domínios americanos haviam sido declarados integrantes do Reino das Índias e em perfeita igualdade jurídica com a Espanha. A monarquia dual da Espanha e Índia foram contratuais e usufrutuárias, e não patrimoniais. Pode-se dizer que o titular da Coroa das Índias – que era o mesmo da Coroa da Espanha – juridicamente era depositário e administrador da soberania do Reino que em um pacto ou contrato tácito haviam outorgado aos povos a dinastia reinante, mas sem renunciar a essa soberania recebida de Deus. E como ensinava o padre Juan de Mariana S. J. (1536-1623), em sua obra *Constituição da Dignidade Real*, os reis serviam ao povo e não o povo aos reis, se alguns destes abusavam de suas prerrogativas, dispendo com arbitrariedade e abuso de poder, convertiam-se em tiranos, em nome da soberania infringida, podiam matar, porque ainda sendo o assassinato um crime, ele deixava de sê-lo e passava a glorificar quem o praticou.

Carlos Stoetzer afirma que:

Com a “incorporação” das Índias pela Coroa de Espanha, estas deixaram de ser colônias e se transformaram em reinos em que os reis deveriam conservar as terras perpetuamente. Esta declaração implicava no início da igualdade jurídica entre a Espanha e as Índias, fato significativo que será posto em destaque pelos hispano-americanos durante a emancipação. O caráter proprietário das Índias foi declarado especificamente pelo Imperador Carlos V, em 14 de setembro de 1519. (STOETZER, 1996, p. 27).

O catedrático da Universidade de Paris X Nanterre, Thomas Calvo, nos parece contundente e crucial ao esclarecer o que ocorreu com o pensamento latino-americano na sua fase de unionismo hispano-americano. Ele diz:

No que se refere às regras, Felipe II as fixou de forma muito clara no Conselho das Índias em 1571: “E posto que os reinos da Espanha e das Índias pertencem à

mesma coroa, e que em consequência, suas formas de governar devem ser as mais semelhantes possíveis...”. Assim, pois, se trata das Índias da Espanha, mas a salvo de cometer um anacronismo e projetar sua interpretação ao final do século XIX, não há neste texto nenhuma suspeita de pensamento “colonialista”. Pelo contrário, implicitamente, o rei deixa que sobre ambos os domínios plane uma sombra de igualdade, inclusive uma margem de autonomia. Este pensamento político transparece na literatura tradicional dos Hasburgos: “rei da Espanha e das Índias”.

(...) As mudanças que se produzirão com os Bourbons serão significativas: o título de “Rei da Espanha e Imperador das Índias” põe em destaque a centralização e o Império, enquanto que a América se assemelha cada vez mais a uma colônia. (CALVO, 1996, p. 51).

Na realidade, o absolutismo dos monarcas da Casa de Hasburgos — ou Austrias, como também é conhecida— foi um fato político que subtraiu competências e atribuições aos conselhos americanos, mas que não derogou o fundamento da natureza política e jurídica do regime institucional hispano-americano. Mas a ascensão ao trono dos monarcas da Casa de Bourbon implicou a implantação de um novo sistema inspirado no despotismo francês, no qual o rei era considerado, não como o Primeiro Magistrado da Nação, mas como o amo e senhor do reino e seus domínios. Entretanto, tão fundo havia atingido a imagem do rei como expressão suprema da Nação, que a própria insurreição seria feita aos gritos de “Viva o Rei! Morra o mau governo!”.

Em resposta às “tensões” do centralismo borbônico, encontramos a origem da derrota do movimento unionista hispano-americano ou da primeira fase do pensamento integracionista latino-americano.

Na realidade, as chamadas guerras da Independência foram uma guerra civil entre dois setores: o setor absolutista borbônico, simbolizado pela política de Fernando VII e a Santa Aliança; e os setores monárquicos constitucionalistas. Esta luta tem uma primeira expansão entre 1808-1814, quando a guerra civil se mistura com a defesa contra o invasor francês e, a partir de 1814, com uma roupagem de impulso imperial, motorizada na Santa Aliança e na derrota de Napoleão. Esta variável externa se torna importantíssima para entender o nascimento do unionismo latino-americano.

Concordamos com Enrique Zuleta Álvarez quando afirma:

[...] o pensamento integracionista não era uma continuidade artificial nem uma teoria de minorias utópicas. Pelo contrário, era a continuação da unidade com a que havíamos nascido na face da história, na qual já possuíamos uma personalidade própria. (ZULETA ÁLVAREZ, 2000, p. 47)

As máximas expressões do unionismo hispano-americano são os libertadores José de San Martín e Simón Bolívar. No fundo, o unionismo hispano-americano, na sua cosmovisão e dimensão genética, passa pela criação de um âmbito político de solidariedade continental da raiz hispano-americana, como consequência do desmembramento do Reino das Índias. Podemos decompor este pensamento político em quatro variáveis: dimensão histórica; paradigma; imagem do adversário; e, metodologia ou regime político (BARRIOS, 2007, p. 46). Podemos afirmar que o unionismo hispano-americano é um pensamento dinamizador do povo em que se identifica: dimensão histórica: a unidade cultural de 300 anos do Reino das Índias; os paradigmas: solidariedade e fraternidade dos povos hispano-americanos; imagem do adversário: absolutismo borbônico; e, metodologia ou regime político: um governo centralizador que possui uma forma monárquica como buscaram San Martín e Belgrano ou sob a forma de presidência vitalícia com Bolívar.

Não podemos negar que existiu uma pré-história fundacional do unionismo hispano-americano. Podemos citar como exemplos os projetos espanhóis do Conde de Aranda (1783) e de Manuel Godoy (1804), que significaram, em essência, salvar o mundo hispano-americano da ascendência do poder estadunidense e salvar a Espanha da decadência, sempre e quando articulassem uma confederação monárquica com a América espanhola. José Luis de Imaz também destaca como fato fundacional a possibilidade fracassada no ano de 1812 de constituir uma Comunidade Hispânica de Nações nas Cortes de Cádiz (DE IMAZ, 1984, p. 155).

O documento fundacional do unionismo hispano-americano com um impacto direto em Francisco de Miranda foi a esquecida “Carta aos espanhóis americanos”, do jesuíta peruano Juan Pablo Viscardo y Guzmán (1748-1798), datada de 1792. Miranda ocupou-se de traduzi-la e difundi-la na Europa, ainda que tenha sido publicada somente em

1799. Viscardo (1792, p. 12) avalia que “uma vez destruído o império despótico dos conquistadores, a América será uma única e grande família de irmãos, incluídos os espanhóis que elejam a razão é a justiça”. E termina: “O Novo Mundo é nossa Pátria e sua história e a Nossa.

O venezuelano Francisco de Miranda é unanimemente considerado como o “grande precursor”, sendo um ardente propagador das ideias libertárias na Europa e, muito particularmente em nossa América. No final do século XVIII, Miranda concebeu um enorme Estado nos domínios espanhóis (a partir de Mississipi até o Cabo de Hornos) que levaria o nome de Colômbia (DE MIRANDA, 1977).

Mas retomemos o eixo do unionismo hispano-americano, centrando nos libertadores. Parece-nos essencial não perder de vista as origens mais remotas da primeira autoconsciência unionista, pois, do contrário, poderia interpretar-se com simplicidade que as guerras da Independência significaram o nascimento das Repúblicas dos Libertadores, quando é a equação inversa: a luta inconclusa ou a primeira Independência. Felipe Herrera a sintetizava com uma declamação: “Pela integração econômica e a reintegração política”. Ou seja, o unionismo hispano-americano, em sua manifestação máxima, para que não se dividisse o que esteve integrado durante 300 anos.

Simón Bolívar (1783-1830) foi o primeiro pensador das integrações regionais, além de encabeçar a ação libertadora, transformou ideia em ação. Demetrio Boersner disse:

Contra o conceito unilateral e hegemônico contido na Doutrina Monroe, o libertador Simón Bolívar gestou o princípio da solidariedade de todos os países latino-americanos em um plano de igualdade e segurança coletiva como fórmula de defesa comum contra as agressões emanadas de dentro ou de fora da região. O pensamento bolivariano rechaçava as hegemonias; para ele, os povos hispano-americanos deveriam adotar mecanismos multilaterais para que, unidos e em perfeita igualdade de condições, garantissem a segurança e o progresso (BOERSNER, 1966, p. 79).

As ideias bolivarianas condensavam-se nitidamente em sua célebre Carta da Jamaica, escrita no seu exílio, em setembro de 1815, que, em um dos parágrafos, afirma:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Mundo Novo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que têm uma origem, uma língua, um costume e uma religião, deveriam, por consequência, ter um só governo que confederasse os distintos Estados que haveriam de se formar; mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características semelhantes, dividem a América. Que belo seria que o Istmo do Panamá fosse para nós o que o Corinto é para os gregos! (BOLÍVAR, 2001, p. 32).

Pela primeira vez vemos de forma nítida o núcleo do unionismo hispano-americano, tal qual Bolívar definiu a nação como uma comunidade cultural. Mas adverte:

Seguramente a união é o que nos falta para completar a obra da nossa geração. Entretanto, nossa divisão não é absurda, porque tal é a distinção das guerras civis formadas geralmente entre dois partidos: os conservadores e os reformadores” (2001, p. 33).

Aqui, Bolívar destaca, já em 1815, as limitações que dificultaram as primeiras independências. Sua ação se planejou no Congresso do Panamá, que se iniciou em 22 de junho de 1826. Estiveram presentes os representantes da Grande Colômbia, do Peru (incluía a Bolívia), do México e da América Central. É interessante ressaltar que [pelos integrantes do Congresso do Panamá] foi convidado o Brasil, enquanto os EUA foram convidados por iniciativa de Francisco de Paula de Santander, contra a vontade do Libertador, e os ingleses enviaram observadores. As Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil e o Chile por diversos motivos não aceitaram participar.

Desta forma, estabeleceram-se os esquemas de inserção internacional da região. O primeiro, a Doutrina Monroe, fundamentava-se no predomínio de uma Nação sobre as demais, originando o pan-americanismo. O segundo, de Bolívar, expresso no Congresso do Panamá, tinha por base a igualdade entre os povos, a solidariedade e a segurança coletiva da América Hispânica (BOERSNER, 1996, p. 82). “Nossa força nascerá desta união [...]”. Os projetos de Bolívar não são cópia da Europa [...] Não se tratam de um sonho louco de dominação, senão de um sonho de liberdade, de progresso político, de criação ou reforma do seu continente.

Com a união da América Espanhola, ela será “a mãe das repúblicas, a maior nação do planeta, podendo enfrentar a Europa para se defender primeiro e para estabelecer o equilíbrio dos continentes depois”, nos disse Rufino Blanco Fombona, personalidade central do latino-americanismo do século XIX (BLANCO FOMBOONA, 1995, p. 32).

É imprescindível analisar o pensamento e a ação de Bolívar, vinculando-o ao pensamento e a ação do Libertador do Sul, José de San Martín. Parece-nos útil frisar que as guerras de emancipação englobaram todo o espaço geográfico da América espanhola e meridional, isto é, que as ações militares e a primeira Independência foram resultado de uma luta de caráter sul-americano subcontinental, em que os exércitos de ambos os libertadores foram forças sul-americanas. Isto que resulta tão claro da ação dos libertadores, a luta contra o sistema de ideias do unionismo hispano-americano, é nosso dever entendê-lo hoje desde a dinâmica do século XXI. Fomos independentes porque lutamos juntos para não nos dividirmos, ou seja, Bolívar ou San Martín são gestores de uma independência na unidade e não pais de repúblicas múltiplas, que se dividiram logo após o término da guerra da Independência. É sintomático um ponto esquecido ou obscuro da ideia da ação feita pelos libertadores. Versa sobre o Tratado de Julho de 1882, entre a Grande Colômbia e o Estado do Peru no qual “se unem, se ligam e se confederam a partir de agora e para sempre na paz e na guerra”, e onde se estabeleceu o princípio da cidadania hispano-americana em toda a América meridional (BLANCO FOMBOONA, 1995, p. 32). Aqui vemos que o unionismo hispano-americano – muito além de uma ação militar – marca os rumos políticos vigentes ainda hoje no século XXI.

A coerência de San Martín para Pérez Amuchástegui é a prova de fogo e fundamenta-se em “que queria impor uma aliança político-militar de todas as províncias antes espanholas com caráter permanente” (PÉREZ AMUCHÁSTEGUI, 1979, p. 60).

É mais que demonstrado os graus militares do Libertador San Martín quando morre, em 17 de agosto de 1850. Capitão Maior do Chile, Brigadeiro General da Argentina e Generalíssimo do Peru. Quase aos sessenta anos, quando se produziu o bloqueio anglo-francês, em 1845, à Confederação Argentina, San Martín escreve para Guido, demonstrando novamente a identidade e autoridade de sua ação e pensamento:

[...] Recebi notícias bem desagradáveis de nossa pátria. É inconcebível que as duas maiores nações do mundo se uniram para cometer a maior e mais injusta agressão que se pode cometer contra um Estado independente: não há mais que ler o manifesto feito pelos enviados ingleses e franceses para convencer ao parcial da atrocidade injusta com que procederam – “a humanidade” –, e se atrevem a invocá-la os que têm permitido pelo prazo de quatro anos derramar o sangue e quando a guerra já havia cessado por falta de inimigos, se interpõem, não mas para evitar males, senão para prolongar-los por tempo indeterminado. O senhor sabe que eu não pertencço a nenhum partido, me equivoco, eu sou do Partido Americano; assim que não posso olhar sem o maior sentimento dos insultos que se fazem à América; agora mais que nunca sinto que o estado de minha saúde não me permite tomar uma postura ativa em defesa dos sagrados direitos nossa pátria, direitos que os demais Estados Americanos se arrependem de não ter defendido, ou pelo menos protestado contra toda intervenção dos Estados europeus. (SAN MARTÍN, citado em GALASSO, 2000, p. 538).

Para recapitular nos perguntamos: – O que foi e o que é o fundamento último do unionismo hispano-americano, elevado por Bolívar e San Martín à sua máxima expressão? Por que ele constitui a origem ou primeira fase do pensamento integracionista latino-americano? Os libertadores fiéis ao Reino das Índias, que lhes havia dado uma organização institucional e uma nova cultura de 300 anos, ainda que não para uma monarquia centralizada, temem a destruição dela e a queda em localismos e tribos. Somente a potencialidade da união o evitará. “Nós não podemos viver senão da união”, disse Bolívar (AMUCHÁSTEGUI, 1979, p. 49).

Há que lutar por uma nova união que tenha como matriz a cultura hispano-americana. Uma nova união com o consentimento de toda a América espanhola inclui o Brasil português. Somente desta maneira, a partir de um novo pacto, se poderá subsistir. Temos que recriar a partir do conceito de justiça a comunidade latino-americana.

“Divididos seremos fracos, menos respeitados pelos inimigos e neutros. A união sob um único governo supremo criará nossas forças e nos tornará formidáveis” (BOLÍVAR citado em ZEA, 1971, p. 34).

A metodologia deve ser original, sem copiar instituições, senão partindo da realidade. Sem caminhos desconhecidos. Simón Rodríguez, o professor do Libertador sentenciou: “A América espanhola não pode imitar... nem a Europa, que é ignorante em política, corrompida em seus costumes e defeituosa no seu conjunto; nem os Estados Unidos, cujas circunstâncias são inteiramente distintas... Devemos ser Originais”. (RODRÍGUEZ citado em ZEA, 1971, p. 135).

3 O LATINO-AMERICANISMO INTEGRACIONISTA

Podemos destacar este ponto com a ideia forte de que os três séculos do Reino das Índias deixaram uma integração cultural, linguística, de costumes e de religião que não alcançaram dois pontos vitais: o político e o econômico, apesar do triunfo de San Martín e Bolívar. A política converte-se em guerra durante o século XIX. Temos citado que caracterizar o pensamento, em sua acepção ampla, significa buscar respostas às “tensões” da época.

As “tensões” emergentes entre o século XIX e princípio do XX estão em sequência enumerados.

1 - Disseminação do poder dos EUA por todo o mundo. Os EUA começam a emergir como um Estado continental industrial bioceânico, diferentemente dos Estados nacionais industriais (Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão).

2 - As formas expansionistas assumidas variaram desde a intervenção direta, no caso de Cuba e Porto Rico, até os grandes investimentos de capital. Desta maneira, foram anexadas as ilhas do Havai (março de 1898). Os EUA entraram em guerra contra a Espanha, fato que lhes permitiu a anexação de Porto Rico e das Filipinas, e estabeleceu o Protetorado de Cuba (1901). Provocou uma revolução no Panamá para separar a região do Istmo do Panamá e fortalecer o canal (1903). O sistema de proteção estendeu-se a Santo Domingo (janeiro de 1905) e logo depois para Nicarágua e o Haiti.

3 - A autoconsciência histórica do povo estadunidense deixa que eles se sintam destinados pela providência a reger os destinos da humanidade. Desta forma, este país rompe o século XX, convertido no primeiro Estado continental industrial da história, distanciando-se da condição das potências “medianas”, como a dos Estados-Nações industriais do século XIX: a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Itália e o Japão, que

deixam de constituir modelos paradigmáticos de desenvolvimento e de autonomia e abrem espaço para um novo poder.

4 - A América Latina fragmenta-se na medida em que consegue a primeira Independência. Nasce os Estados-Cidades, que encabeçam a periferia agrária da divisão internacional do trabalho; Estados-Cidades como os de uma gigante Grécia antiga, algo totalmente oposto aos Estados Nacionais industriais emergentes do sistema mundial, motor da modernidade europeia ou da “Nação de Repúblicas” confederadas que pensou Bolívar. São sociedades agrárias pré-industriais das quais se estruturam os Estados, sustentadas pelo Império Britânico que as converte em anexos agroexportadores. Por outro lado, forma-se um conjunto de Estados-Cidades que importam as teorias constitucionalistas dos Estados Nacionais industriais. São os últimos expoentes de uma antiguidade que se disfarçou de Estado-Nação. Enquanto isso, o Brasil manteve-se unido pela política lusitana ao instalar a monarquia portuguesa no Rio, em 1808, durante a invasão napoleônica.

5 - A guerra hispano-americana por Cuba, em 1898, demonstra o momento em que os EUA entram na corrida imperialista geopoliticamente fora de seu território continental. A este respeito não podemos perder de vista o contexto político que acercou a contenda. Ainda que tenha sido a Espanha, e não precisamente a América espanhola a derrotada, no conceito popular, tratava-se de uma derrota da “raça morena” e “inferior”, frente às mãos de uma “raça” nortenha, isto é um bom exemplo do triunfo de um “povo mais apto” sobre “um grupo inferior”, segundo as teorias do positivismo dominante que legitimavam ideologicamente aos nascentes Estados-Cidades (METHOL FERRÉ; METALLI, 2006, p. 58).

6 - A Revolução Mexicana de 1910 irrompe na história política latino-americana, quebrando pela primeira vez o positivismo dominante, até este momento, estabelecido no continente por meio de regimes políticos de “democracias restritas” ou de “ditaduras oligárquicas integradoras”, que se mantinham unicamente sob a condução de uma minoria ilustrada, um Estado poderia se desenvolver até o progresso indefinido sob o lema de Comte: “Ordem e Progresso”. Os paradigmas são a Argentina, de ordem conservadora; o Brasil, da República Velha e o México Novo. Essas situações, convertidas em “tensões”, não constituem uma mera construção auxiliar da análise. Essas “tensões” geraram duas

correntes do pensamento que buscaram encontrar uma resposta política, social, cultural e econômica do conflito.

A primeira corrente do pensamento reconhece-se como a “filosofia do pessimismo”. Trata-se de um sistema de ideias que busca explicações ambientalistas e biopsicológicas para encontrar as raízes do problema latino-americano. O argentino Carlos Bunge, o boliviano Alcides Arguedas e o mexicano Francisco Bulnes são alguns de seus expoentes principais. O latino-americanismo integracionista ou nacionalismo latino-americano do século XX é a outra corrente emergente. Esse movimento tem seus antecedentes no unionismo hispano-americano, primeira fase do pensamento integracionista, cujo episódio decisivo foi o Congresso do Panamá, de 1826. Simultaneamente ao unionismo, os Estados Unidos impulsionaram, desde 1823, a doutrina Monroe, com o epicentro na reunião do Primeiro Congresso Pan-Americano, tendo James Blaine como um de seus difusores mais destacados. Essa doutrina, de base hegemônica, constituiu a fundamentação teórica do expansionismo norte-americano. De alguma maneira, o bolivarianismo e o monroísmo marcam a história política da América Latina.

A característica fundamental do nacionalismo continental do século XX foi a resposta à irrupção visível dos EUA na história mundial, valendo-se da guerra de Cuba e das Filipinas, quando os *cowboys* se transformaram em *marines*. Qual é o dilema do nacionalismo continental do século XX? Como ele se enlaça com o unionismo hispano-americano? Por que forma parte da segunda fase do pensamento integracionista? A luta criada por Rodó, Manuel Ugarte, Blanco Fombona, Vasconcelos e García Calderón, entre outros, pensou na unidade continental das categorias espaciais geopolíticas da Grande Pátria Latino-americana, ou seja, um Estado continental que superasse os Estados-Cidades no sistema mundial. Daí que o núcleo da ideia seja a recuperação de Bolívar, isto é, do unionismo hispano-americano com o aditamento da inclusão do polo português-brasileiro, que passou do Império à República, entrando desta maneira na etapa da segunda Independência, conceito este estratégico no pensamento integracionista da segunda fase, já que o unionismo hispano-americano constituiu a primeira Independência e o integracionismo do século XX. Esse momento histórico marca a autoconsciência ideológica e inicia a segunda Independência, tal como destacou José Martí.

No prefácio de *El porvenir de la América Española* – do argentino Manuel Ugarte –, encontramos a concepção durável do pensamento latino-americano do século XX. Ali se formula a primeira definição do que significa a Grande Pátria:

Nossa Grande Pátria é a América Espanhola – incluindo a América de variante portuguesa –, nossa nacionalidade final é o conjunto de costumes, memórias e preferências que partem de uma origem comum, obedecendo a iguais concepções e se articula no mesmo idioma. (UGARTE, 1910, XXI).

Não devemos nos deter no problema de que Nação agrega a ideia de desenvolvimento ou viabilidade, isto é, a sua possibilidade concreta de soberania e autonomia:

A este se acrescenta outro sentimento mais moderno, o da possibilidade da Pátria. Não basta que exista, é necessário que possa viver. A nacionalidade, como o Direito, é uma abstração se não estão apoiada em um volume e força que garanta seu desenvolvimento. (UGARTE, 1910, XXI).

Os pontos fundamentais do integracionismo latino-americanista, de acordo com Ugarte, como segunda fase do pensamento latino-americano, estão abaixo citados.

1 - A dimensão genética ou concepção histórica de seu latino-americanismo busca permanentemente a formulação de uma interpretação dos processos históricos que mais têm contribuído para a criação de uma consciência ibero-americana: a matriz mestiça da cultura latino-americana, o humanismo jesuíta, os libertadores com sua bandeira continental nas figuras de San Martín, Bolívar e Artigas, as limitações da independência política e da economia agrária dependente.

2 - O modelo ou paradigma da Grande Pátria surge nitidamente na proposta dos Estados Unidos ao Sul. Ugarte o expõe em 1901, com a inclusão da América de raiz portuguesa declarada explicitamente nesta nova fase. O latino-americanismo conduz em todas as suas dimensões à Grande Pátria, porque as pátrias isoladas são “impossibilidades históricas” e inviáveis.

3 - O antimodelo desse sistema de ideias manifesta-se na sua convicção da impotência política e histórica, de um latino-americanismo

parcial, pelo que o nacionalismo latino-americano incluía a totalidade das repúblicas ibéricas e latinas numa categoria geopolítica que envolve a América Latina, a Central e o Caribe.

4 - A metodologia social, política, econômica e cultural para construir a Grande Pátria depositava-se no interno, na formulação de um socialismo nacional, numa política de perfil industrial e em uma educação fortificadora da identidade cultural, incorporados a um regime de democracia social (TERÁN, 1986, p. 18-19).

Estamos às portas da passagem de um pensador arquetípico do nacionalismo latino-americano e o primeiro ator dos futuros movimentos nacionais populares que podemos denominar de terceira fase do pensamento latino-americano, com suas três dimensões de democratização, industrialização e integração que seguem a segunda fase, e com a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) de Haya de la Torre, Perón, Vargas e Ibañez (e seu conselheiro Felipe Herrera).

Em 1924, é fundado o primeiro partido nacional popular latino-americano: a Aliança Popular Revolucionária Americana. A APRA proclamou cinco pontos de política internacional: a ação conjunta dos povos da Indo-América contra o imperialismo yanque, logo após, este princípio estendeu-se a todos os imperialismos; pela unidade política da Indo-América; a nacionalização das terras e indústrias; pela internacionalização do Canal do Panamá; e, a solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo. Seu criador foi Victor Raúl Haya de la Torre, que o fundou no México a partir de seu exílio.

Qual é a novidade trazida por este artigo? O APRA surge como uma via original no campo das ideias políticas, superando o sistema conservador-liberal-radical na América Latina ao questionar, por intermédio de seu programa, o modelo de viabilidade do desenvolvimento agroexportador dos países latino-americanos, vinculando seu núcleo estratégico de ação com o programa do bolivarismo do século XIX e o latino-americano do século XX. Ugarte está no centro das ideias, funcionando como ligação. Luis Alberto Sánchez, discípulo de Haya de la Torre, afirma: “O aprismo tem um significado muito maior do que uma simples teoria social e de um partido político: tem a revisão e a interpretação total da vida indo-americana” (SÁNCHEZ, 1956, p. 33-34). Perón, a partir do realismo político, vê o núcleo da integração da América Latina na unidade da América do Sul e, por sua vez, o núcleo da América do Sul é a aliança argentino-brasileira. A realidade é que formam uma Nação, só que fragmentada, mas funciona como o

elo necessário de uma nova conjugação como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o que torna possível o impostergável salto duplo de Estado-Cidade⁵ a Estado-Continental; é o que Perón – em 1951 – denominou de “continentalismo” no novo ABC (BARRIOS, 2007).

Perón simboliza um avanço em relação à Haya de la Torre ao delimitar o caminho, a rota da unidade latino-americana, desde o campo da práxis do poder político, o que o torna o primeiro político e teórico da autonomia periférica. Vislumbra com clareza a base material da unidade latino-americana, que começa na América do Sul com a aliança argentino-brasileira. Da mesma maneira, em outro contexto, a unidade real da Europa inicia-se com a aliança franco-alemã no Tratado de Paris do Carvão e do Aço, de 1951.

Esta compreensão fez de Perón o reformulador da política latino-americana nos séculos XX e XXI. Introduziu o único caminho real de uma modernização e industrialização de bases endógenas dinâmicas. Expôs, em 11 de novembro de 1953, em uma conferência secreta na Escola Superior de Guerra, sua concepção continentalista sul-americana:

A República Argentina sozinha não tem unidade econômica; o Brasil sozinho não tem unidade econômica; o Chile isolado tampouco, mas estes três países unidos formam quem sabe no mundo atual a unidade econômica mais extraordinária de todo o mundo, sobretudo para o futuro, porque toda esta imensa disponibilidade constitui sua reserva... isto é o que ordena, imprescritivelmente, a necessidade da união do Chile, Brasil e Argentina. É indubitável que realizada esta união, os outros países sul-americanos cairão em sua órbita, que não serão favorecidos nem pela formação de um novo agrupamento e, provavelmente, não poderão, de maneira alguma, separados ou juntos, senão em pequenas unidades [...]. Penso eu que no ano 2000 estaremos unidos ou dominados, penso também que é prudente não aguardarmos que o ano 2000 chegue até nós, o melhor será nos esforçarmos para alcançar a união um pouco antes do ano 2000. (PERÓN, 1985, p. 49).

5 Estado-cidade é um conceito geopolítico aplicado por Alberto Methol Ferré em relação aos países emergentes da independência das repúblicas hispano-americanas no século XIX, que através de suas capitais-portos se inserem na divisão internacional do trabalho (Cf. Methol Ferré 1973).

4 A AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL

Immanuel Wallerstein utiliza como núcleo transversal das ciências sociais o conceito de sistema histórico. Ainda que cada sistema histórico seja único, afirma que podemos classificá-lo em três tipos principais, conforme seu modo de produção, que – em termos gerais – concebe como a organização da base material da sociedade. Estes “três modos de produção estão associados a um tipo de entidade ou sistema de troca: o minissistema, o império-mundial e a economia mundial” (FERRÉ, 2000; BARRIOS, 2008). É um sistema porque se compõe de partes inter-relacionadas, as quais formam um todo; mas também é um sistema histórico, porque nasce e se desenvolve durante um período e, depois, entra em decadência. Podemos destacar quatro formas fundamentais que pode adotar a mudança social: transição, incorporação, ruptura e continuidade. Wallerstein devolve a história e a geografia às ciências; as mesmas expressões de “política mundial” ou “sistema mundial” transmitem uma visão de espaço hierárquico de visualização do mundo, e não permite dar-lhe inteligibilidade à dinâmica mundial (TAYLOR; FLIN, 2002, p. 7) no seu espaço temporal, unidades básicas essenciais nas ciências sociais.

No início do século XX, o geógrafo, político e parlamentar inglês Halford Mackinder explanava numa memorável conferência, no ano de 1904, “que a explosão geográfica estava virtualmente terminada” (WALLERSTEIN, 1996). Era o fim de um período histórico de quatro séculos que foi denominado de “a era colombina”, a era da formação do “sistema-mundo” aberta por Espanha e Portugal quando se iniciaram as navegações oceânicas no século XV. Este período foi antecedido pela Idade Média cristã e medieval, restrita em sua extensão geográfica, para passar à época colombina de grande expansão europeia pelo mundo. Após a era pós-colombina, haverá novamente um sistema político fechado e a sua esfera de ação será o mundo inteiro. Desde os anos 1900, o mundo é um sistema mundial. Trata-se da segunda etapa ou período do sistema mundial. A partir disso, há definitivamente uma só história, da qual tudo repercute. Esta é a originalidade que inaugura o século XX e que permite falar nas guerras mundiais.

O processo de unificação do sistema mundial – cuja evolução histórica dá luz à América Latina como periferia agrária à constituição dos centros mundiais – foi igual à constituição das grandes potências

militares marítimas na Europa ocidental: Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França.

A era colombina é a dos grandes impérios marítimos coloniais, dispersos nas terras ocupadas, impérios de grande heterogeneidade. É também o surgimento das “novas Europas” nos Estados Unidos e no Canadá, na América Latina, mais mestiça do que ocidental, na Austrália, na Nova Zelândia e na África do Sul: são as criações relativamente “homogêneas” dos impérios talassocráticos mundiais. Os dois últimos grandes impérios coloniais foram o inglês e o francês, que se desmancharam entre 1945 e 1970 com os processos de descolonização. Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão se constituíram nos Estados-Nação industriais “modelos” do sistema mundial na época colombina.

A era dos impérios marítimos coloniais foi sobreposta pelo surgimento da era dos Estados continentais industriais, segundo período do sistema-mundo. Mas somente após a Segunda Guerra Mundial firmase a bipolaridade dominante dos Estados Unidos e da União Soviética, e a morte da era talassocrática⁶ e suas potências agora medianas. Esta situação híbrida do século XX torna-se mais complexa com o surgimento de inumeráveis Estados-Nação, que tinham deles apenas o nome e, pior, já na era dos Estados continentais foi criada uma confusão teórica e prática dos atores no sistema mundial.

Em resumo, o segundo período do sistema mundial foi o do nascimento do Estado continental industrial moderno. De 1945 a 1989, a história mundial foi dirigida abertamente pelo conflito dos Estados continentais industriais: os Estados Unidos e a União Soviética. Entretanto, a ideia de nova centralidade não ingressou a fundo nas ciências sociais. Falava-se de “superpotências” ou “modelos ideológicos antagônicos” como aparecia na superfície, mas não era sua raiz mais profunda.

Zbigniew Brzezinski o esboçou fugazmente afirmando:

Os cinquenta anos seguintes estiveram dominados pela luta entre os EUA e a URSS. Em alguns aspectos, esta luta representou o cumprimento das teorias mais caras da geopolítica: enfrentava a principal potencial marítima mundial, dominante tanto sobre o oceano Atlântico

6 Era talassocrática: Período histórico em que o centro político mundial se sustentava no poder marítimo.

como sobre o Pacífico à principal potência terrestre, a força suprema no território asiático (com o bloco sino-soviético abarcando um espaço muito similar àquele sobre o qual se estendia o Império Mongol). A dimensão geopolítica não podia ter ficado mais clara – América do Norte versus Eurásia disputando o controle do mundo – o ganhador dominaria verdadeiramente o planeta. Não havia ninguém que pudesse dificultar o caminho uma vez alcançada a vitória. (BRZEZINSKI, 1988, p. 15).

Em síntese, o terceiro período do sistema mundial, que ingressamos no século XIX, é dos novos Estados Continentais industriais agrupados em grandes blocos ou áreas histórico-culturais. Iniciou-se uma desocidentalização do sistema mundial. Os EUA, a China, a Rússia, a Índia e a União Europeia são os Estados Continentais, alguns mais consolidados que outros, que desempenham e desempenharão um papel determinante na “ordem” unipolar ou multipolar do século XX, capazes de sustentar autonomia ou soberania fática real além do legalismo abstrato.

O arcebispo de Buenos Aires, Cardial Jorge Bergoglio é categórico a este respeito:

Na realidade, a vasta produção bibliográfica sobre a América Latina desde a “sociologia comprometida” à teoria da independência, desde a teologia da libertação dos cristãos para o socialismo, desde as tintas fortes da literatura de denúncias aos debates sobre estratégias revolucionárias, foi se esgotando a partir dos anos 80. Ofereceram-se certamente diferentes e significativos aportes, mas finalmente terminaram pesando mais suas fortes impregnações ideológicas e redutoras da realidade. (BERGOGLIO, 2005, p. 65).

Nas próximas duas décadas, a América Latina se coloca no protagonismo das grandes batalhas que se apresentam no século XXI e a respeito do seu lugar nesta nova ordem mundial. Antes de tudo, trata-se de recorrer às vias da integração para configurar a União Sul-Americana e a Grande Pátria Latino-Americana. Sozinhos ou separados somos muito pouco e não iremos a parte alguma. Seria um caminho sem saída que nos condenaria como segmentos marginais, empobrecidos e dependentes dos poderes mundiais.

5 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, gerou-se uma extensa gama de estudos sobre a integração latino-americana, especificamente a partir do MERCOSUL. Constitui um fato e um dado positivo esta aparição, porque, necessariamente, toda integração é uma revolução cultural. Resulta impossível passar do Estado-Cidade ao Estado-Continente Industrial, se o atual caminho integracionista não estiver acompanhado da dimensão cultural, junto às dimensões política e econômica. Os avanços têm sido significativos, o MERCOSUL tem contornado numerosas dificuldades e o concreto é que o ritmo integracionista não para; o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e a UNASUL são exemplos cabais.

Não obstante, observa-se uma interpretação unidirecional do processo integracionista, que o entende como se fosse um caminho gradual, iniciando-se em uma zona de livre comércio, até o mercado comum e daí à integração econômica, como se no fundo houvesse uma mimetização com o modelo paradigmático da integração supranacional, ou seja, com a União Europeia. Pouco se disse, justamente por este enfoque neoinstitucionalista de base econômica, que uma das maiores dificuldades pela qual passa a União Europeia é seu déficit de coesão cultural, que justamente constitui nosso superávit. É uma quimera capturar os parâmetros do Estado Continental industrial a partir da América do Sul, indo até a América Latina, sem a regeneração de um sistema de ideias ou autoconsciência unitária do acordo das exigências do sistema mundial que conduza à segunda Independência.

É necessário um pensamento integracionista que retome as ideias mobilizadoras da industrialização, democratização e integração com uma forte participação da sociedade civil, sustentada em uma cidadania regional desde o pilar educativo, ou seja, uma revolução cultural. Sem este poder intangível das ideias e crenças, o Estado continental é uma declamação abstrata. O pensamento integracionista latino-americano é a busca da identidade para institucionalizá-lo em uma entidade política subcontinental, por meio da formulação de um discurso próprio que tenda a romper os laços de dependência e a realização histórica do Estado-Continental, despregando-se do Estado-Cidade valendo-se da reintegração política. A estruturação das ideias políticas na América Latina não é senão uma permanente pesquisa para encontrar a identidade e a originalidade dos processos políticos.

Tradicionalmente, na América Latina, o pensamento político e, em particular, a história das grandes ideias, foi confinada a análise do conteúdo da obra de contados e grandes pensadores; a análise que na maioria dos casos reduzia-se a determinar a genealogia europeia das grandes ideias que se estudavam. Por exemplo, as ideias das Revoluções da Independência limitavam-se a ver as influências das ideias francesas, inglesas, estadunidenses ou, eventualmente, do liberalismo espanhol. Poucas vezes tratava-se de delimitar a identidade própria destas ideias e, menos ainda, a relacionar o pensamento emergente com a estrutura produtiva ou o tecido social do qual surgia. A política só será mais entendida na América Latina se não se articular com a ação dos movimentos nacionais populares, únicos pensamentos dinamizadores do ser latino-americano, cujo fundamento está no unionismo hispano-americano e no integracionismo político.

Em consequência, e tendo como marco estas reflexões, o estudo das ideias da integração latino-americana supõe uma exigência mais além dos pensadores sintetizados, que só se logra a partir deles e para elaborar uma teoria de integração desde o Estado Continental que rompa com o reducionismo economicista. Faz-se imprescindível nesta tarefa ter em conta as seguintes variáveis para ir além da segunda fase do integracionismo político: Projeto dos Libertadores; Ideias da Confederação Anti-Imperialismo; Ideias dos líderes políticos populares; e Programa e discurso dos Movimentos Nacionais. A estes, deve-se agregar a produção de ideias em relação à sociedade civil, às organizações intermediadoras, aos poderes locais e, em último nível, à criação das ideias no entrelaçamento econômico-produtivo dos movimentos sociais assentados em territórios microrregionais.

Estamos diante do desafio máximo que patrocinara Simón Rodríguez: “Ou inventamos ou erramos” A única possibilidade de concretização do Estado Continental industrial latino-americano só se cumprirá criando e recriando a partir da dinâmica do sistema mundial uma autoconsciência unitária, que ofereça legitimidade a este Estado Continental.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos (Director). *Historia de los intelectuales de América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ANTONIO, Jorge. *Qué es la geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1995.

ARDAO, Arturo. *Estudio latinoamericano de historia de las ideas*. Monte Ávila (Uruguai): Editores S. A., 1978.

_____. *Romania y América Latina*. Montevideo (Uruguai): Biblioteca de Marcha. Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1981.

_____. *Nuestra América latina*. Montevideo (Uruguai): Ediciones la Banda Oriental. Temas Latinoamericanos, 1986.

_____. *España en el origen del nombre América Latina*. Montevideo (Uruguai): Biblioteca de Marcha, Facultad de Ciencias Sociales, 1992.

BARRIOS, Miguel Ángel. *El Latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2007.

_____. *Perón y el peronismo en el sistema mundo del siglo XXI*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

BERGOGLIO, Jorge. *Prólogo*. In: CARRIQUIRY, Guzmán. *Una apuesta por América Latina. Memoria y destino de un continente*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

BIAGINI, Hugo E.; ROIG Arturo A. (editores). *Diccionario del pensamiento alternativo*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*. 5. ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica (6 de septiembre de 1815). In: BOLÍVAR, Simón. "Escritos políticos y Sociales". Buenos Aires: Fundación Marco M. Avellaneda, 2001.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial: la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona : Paidós, 1998.

CALVO, Thomas. *Iberoamérica de 1570 a 1910*. Traducción Marco Aurelio Galmarini Barcelona (España): Ediciones Península S. A., 1996.

CASALLA, Mario. *América Latina en Perspectiva. Drama del pasado, huellas del presente*. Buenos Aires: Editorial Altamira. Fundación OSDE, 2003.

DE BLAS, Patricio; DE LA PUENTE, José; SERVIÁ, María Jesús; ROCA Enrique; RIVAS Ricardo A. *Historia común de iberoamérica*. Madrid (España): Editorial EDAF S. A, 2000.

DE IMAZ, José Luis. *Sobre la identidad iberoamericana*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 1984.

DE MIRANDA, Francisco. *Diario de viajes y escritos políticos*. Madrid: Editora Nacional, 1977.

DEVES VALDÉS, Eduardo. El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernidad y la identidad. Tomo I. *Del Ariel de Rodó a la CEPAL*. Buenos Aires: Biblos, 1900-1950.

HAYA DE LA TORRE, Víctor R. *Treinta años de aprismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

ITURRIETA, Aníbal. Líneas de reflexión en torno a los conceptos de América Latina e Iberoamérica. Madrid, *Revista Sistema*. n. 60-61 junio, 1984.

LABOURDETTE, Sergio. *Estrategia y política hacia una teoría sociopolítica*. Buenos Aires: Universidad Nacional de la Plata, 1999.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Los españoles en la historia y en la literatura*. Buenos Aires: México, Espasa-Calpe Argentina S. A, 1951.

METHOL Ferré, A.; METALLI, A. *La América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

METHOL FERRÉ, Alberto *Geopolítica de la Cuenca del Plata*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1973.

_____. *Perón y la alianza argentino-brasilera*. Córdoba: Ediciones del Corredor Austral, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *La formación del Imperio Americano - De la guerra contra España a la guerra de Irak*. Buenos Aires: Norma, 2007.

PERÓN, Juan Domingo. *Tercera posición y unidad latinoamericana*. Selección e Introducción de Fermín Chávez. Buenos Aires: Biblos, 1985.

PIÑERO IÑIGUEZ, Carlos. *Pensadores latinoamericanos del siglo XX*. Ideas, utopías y destino. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella. Siglo XXI, 2006.

PUIGBÓ, Raúl. *La identidad nacional argentina y la identidad iberoamericana*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

RAMOS, Jorge Alberto. *La Nación Inconclusa*. Montevideo: de La Plaga, 1994.

RECONDO, Gregorio. *El sueño de la patria gigante*. Buenos Aires: Circus, 2001.

REILLY, Bernard F. *Las Españas Medievales*. Traducción de José Manuel Álvarez Flores. Cambridge University Press, Barcelona: Península. S. A, 1993.

REYES ABADIE, Washington; SANTEICIERI, María Emilia Pérez. *Historia de la cultura de América Latina*. Segunda Parte. El Reino de Indias. Montevideo: Impresa Cordón, 1992.

RODO, Jose Enrique. Ariel. Buenos Aires: Editorial Losada.S.A., 1994.

ROIG, Arturo A. *El pensamiento Latinoamericano y su aventura*. Edición corregida y aumentada, 2. ed. Buenos Aires: El andariego, 2008.

ROMERO, José Luis. (Coordinador). *El Pensamiento político Latinoamericano*. Buenos Aires: s/ed., 1998.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *¿Tuvimos maestros en nuestra América? Balance y liquidación del novecientos*. Buenos Aires: Raigal, 1956.

SAN MARTÍN, José. *Carta a Guido*, del 20/10/1845. In: Galasso, Norberto "Seamos libres y lo demás no importa nada. Vida de San Martín". Buenos Aires: Colihue S.R.L, 2000.

STOETZER, Carlos. *Iberoamérica. Historia política y cultural*. Los gobiernos peninsulares. Tomo I, Bs. Buenos Aires: 1996.

TAYLOR, Meter; FLIN Colin. *Geografía política. Economía, Estado Nación y localidad*. Madrid: Trama, 2002.

TERÁN, Oscar. *En busca de la ideología argentina*. Buenos Aires: Catálogo, 1986.

UGARTE, Manuel. *El porvenir de la América Española*. Valencia: Prometeo, 1910.

TRÍAS, Vivian. *Historia del imperialismo norte-americano*. III Tomos, Buenos Aires: Peña Lillo, 1977.

VILAR, Pierre. *Historia de España*. De la Traducción para España y América. Barcelona: Crítica, 1978.

VISCARDO, Juan Pablo. Carta a los españoles americanos. In: BUELA Alberto. *Pensadores Nacionales Iberoamericanos*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación- Tomo II, 1792.

WALLERSTEIN, Emmanuel. *Abrir las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996.

WERZ, Nikolaus. *Pensamiento sociopolítico moderno en América Latina*. Nueva Sociedad: Caracas, Venezuela, 1995.

_____. *Antología del Pensamiento Social y Político de América Latina*. Washington. D. C., Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1964.

_____. *Dependencia y liberación en la cultura latinoamericana*. México: Editorial Joaquín Omíts. S. A, 1974.

_____. *Precursores del pensamiento latinoamericano contemporáneo*. México, Secretaría de Educación Pública, 1979.

_____. *América Latina en sus ideas*. México: UNESCO- Siglo Veintiuno, 1986.

_____. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. Barcelona: del Hombre, 1998.

ZULETA ÁLVAREZ, Enrique. *España en América. Estudio sobre la historia de las ideas en Hispanoamérica*. Buenos Aires: Confluencia, 2000.

TERCEIRA PARTE – GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA DO SÉCULO XX VELHOS E NOVOS PARADIGMAS

O terceiro milênio iniciou-se dez anos antes de sua cronologia no sentido estrito. A implosão da URSS, em 1991, e previamente a queda do muro de Berlim, em 1989, romperam a “ordem de equilíbrio de poderes da variante bipolar”. A queda de um polo não significou, como se pretendia mostrar, o triunfo de um polo sobre o outro, com “o fim da história” e o “triunfo” do capitalismo sobre o comunismo. A queda de um polo iniciava uma nova lógica mundial, já que um pólo, como em toda bipolaridade, sustenta-se na medida em que o outro o contrabalance. Esta nova lógica, imprecisa, tomada substancialmente da premissa única de incerteza, estava constituída pela incerteza chamada mundo pós-Conferência de Yalta, e foi definido pelo cientista político brasileiro Helio Jaguaribe como um unimultipolarismo. Isto é, o poder militar global dos Estados Unidos mostrava-se incapaz de sustentar uma liderança unilateral pela via do reducionismo militar. Dizíamos que os novos séculos se iniciam 10 anos antes em seus fundamentos últimos, porque, na verdade, a Revolução

Francesa, de 1798, inaugurava a lógica contemporânea, também 10 anos antes de terminar o século XVIII. Esta situação nos induz a realizar uma reorganização estratégica de questionamentos em que posição estamos localizados: América Latina, América do Sul ou Argentina.

Antes de entrar no cerne de nossa análise, acreditamos ser necessário pontuar alguns conceitos, que se não os conceituamos para lhes dar ação operativa, podem ficar sem conteúdo e podem se transformar em armadilhas. Faz-se necessário reconciliar a política com a práxis, a fim de possibilitar retroalimentação mútua. Primeiro, delineamos o que entendemos por estratégia. De forma simples, não acadêmica, no fundo de maneira instrumental. A Estratégia e o Poder estão intimamente conectados desde sempre, mas tem sido ignorada esta equação, e a Estratégia e o Poder ficaram refugiados na doutrina militar.

Maquiavel foi o pioneiro do resgate e do uso estratégico do poder, ainda que esta tradição não tenha tido continuidade. Ao se eclipsar a tradição, esta se refugia no âmbito militar, e o poder no campo jurídico-político fica, de certa forma, dissociado daquele. A estratégia aliou-se ao campo militar desde os estrategistas gregos ou chineses até Carl Von Clausewitz, Karl Marx e Mao Zedong e suas repercussões nos Estados Maiores e seus conceitos de guerra total. Cabe aclarar que Clausewitz vinculou claramente a política, a estratégia e a guerra estabelecendo uma subordinação. Atualmente, a teoria da estratégia invadiu o campo dos negócios, do *marketing* e do gerenciamento empresarial. A estratégia consiste em um plano de ação executado que almeja resultados. São poderes programados para um fim. Resultam sempre em ações dirigidas a logros e a concretização de objetivos e ações deliberadas, que às vezes se cumprem, em outras ficam na metade do caminho, mas sempre produzem resultados. O paradoxo da estratégia, por um lado, é uma ação deliberada e conduzida por fazer previsível o que virá e, por outro, desencadeia rivalidades, ou posições alternativas, em suma, incertezas. Se há estratégia, ainda que seja uma estratégia de paz e consenso, sempre há luta. Em síntese, é uma intervenção para um horizonte futuro. Quem não faz estratégia vive à margem, está nas mãos de outras estratégias.

A geopolítica é a perspectiva global da história na dinâmica dos espaços. Hoje ninguém pode pensar só sobre si mesmo, senão em relação à comunidade. A geopolítica é própria das grandes potências, já que está

ligada a sua projeção no sistema mundial. Mas não se reduz a ela. Toda política é geopolítica. As coisas óbvias, tão evidentes que são, não podem ser vistas. Se a política é a relação do homem com o homem, tomado em seu conjunto, é sempre relação localizada em espaços concretos. Não há política senão no espaço. O que não impede que existam Estados que contem a história com desatenção dos espaços. Porquanto, a história não é tempo, senão espaço-tempo. O espaço humano sempre está qualificado politicamente. Não há estado sem território. O espaço só é neutro enquanto não é dominado pelo homem, ele o domina e o “politiza”.

Sem dúvida, também observamos, especialmente no campo das ciências sociais e, mais concretamente, na ciência política e nas relações internacionais, uma indiferença à geopolítica. Desta maneira, o mundo mostra-se como um pacote amorfo, sem conteúdo, sem escala de poder. Esta indiferença tem razões históricas, desde entendê-la como a “Ciência do Imperialismo”, “a disciplina do Nazismo” ou também associá-la com a “Doutrina da Segurança Nacional”.

Michael Klare (2003, p. 6) afirma: “A geopolítica como um modo de análise foi muito popular desde o final do século XIX e até a primeira parte do século XX. Se o senhor estudava o que os acadêmicos chamam hoje em dia de “relações internacionais”, teria estudado geopolítica.

Por sua parte, Brzezinski (1998) esclarece-nos, ao sustentar que a Guerra Fria mais que um conflito ideológico “foi a raiz da geopolítica” – a dimensão geopolítica não poderia ficar mais clara – “América do Norte versus Ásia disputando o mundo” Acrescentamos que do saber estratégico e geopolítico, isto é, por meio da geoestratégica, pode-se elaborar políticas de médio e longo alcance. Em última instância, uma análise geográfica da política é uma análise política da geografia. A perspectiva geoestratégica conduz ao caminho da autoconsciência política do solo e do povo. E a consciência de um pensamento geopolítico situa a América do Sul em um horizonte de integração para totalizarmos em Um e deixar de nos sentirmos sozinhos nos fragmentos de um Todo.

A novidade do século XXI é o multipolarismo, que se distancia do unimultipolarismo do pós-Guerra Fria. Vivemos em um sistema mundial em bifurcação, no qual se conflitam algumas dimensões que passam de

transitórias para estruturais:

1. o desligamento do eixo econômico do mundo do Atlântico Norte para a Ásia e o Pacífico, pela primeira vez na história da globalização;
2. o fracasso da projeção militar estadunidense. O Afeganistão corre o risco de ser o Vietnã de Obama;
3. a crise terminal do funcionamento do capitalismo financeiro na base da suposta autorregulação dos mercados;
4. a escassez ou o final dos recursos naturais que proporcionam desenvolvimento sustentável e a sustentação da humanidade;
5. a reformulação da arquitetura dos organismos do sistema econômico mundial, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que começa a conferir poder a Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), em detrimento da Europa, segundo o disposto pelo G20;
6. a crise ou o esgotamento definitivo do Estado-Nação clássico industrial e, mais ainda, dos Estados monoétnicos. Isto não significa o desaparecimento do Estado pelo reino das finanças, como pregaram alguns analistas, como o japonês Kenichi Ohmae em seu célebre livro *O fim do Estado Nação*.

Consolida-se um novo tipo de Estado, possivelmente, o único capaz de regular a globalização e que tem capacidade de autonomia em um sistema mundial interdependente, mas que não anula as hierarquias: o Estado Continental industrial. A política mundial se desocidentalizou, voltou a ser multicivilizacional e podemos afirmar que hoje reúnem as capacidades de estabilidade de Estados Continentais Industriais os seguintes atores: os EUA, a China, a Rússia, a Índia e a União Europeia, inclusive esta última, ainda está por ser, pois sua hibridizade coloca-se entre a dinâmica comunitária e intergovernamental.

Que rumo deverá tomar a América do Sul? E a América Latina? Seremos capazes de construir um Estado Continental Industrial possível? A UNASUL e o MERCOSUL estão neste caminho? São questionamentos que responderemos baseados em uma consciência geopolítica que tenha como horizonte estratégico a construção da América do Sul como Estado Continental Industrial do século XXI. Um pensamento geopolítico nos obriga a uma relação intrínseca com os macrodesafios: a industrialização e a integração. A geopolítica contemporânea tem seus iniciadores, como sabemos, no inglês Mackinder, no estadunidense Mahan e no alemão Ratzel. Está ligada à formação de um só sistema político fechado em

toda a terra. Esta universalização política de hierarquização dos espaços implica de fato outro sucesso fundamental: o desenvolvimento da Revolução Industrial.

Durante o tempo dos impérios formadores, espanhol e português, houve geopolítica latino-americana. Muitos tomam consciência de admiráveis perspectivas globais, ainda que Kjellen não tivesse inventado este nome. A Independência nasce do unionismo hispano-americano, com San Martín e Bolívar. Mas a desintegração da área espanhola a descompôs em duas dezenas de repúblicas e reduziu a “nada” esta herança, pelo menos aparentemente. Em contrapartida, o Brasil manteve a unidade. A mudança da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, em virtude da invasão napoleônica, fez com que se mantivessem, grosso modo, as perspectivas geopolíticas planejadas. Manteve a herança. No fundo, ali se encontra a pré-história do Itamaraty.

A atomização da América Latina, seu “desenvolvimento desde fora” durante o século XIX e parte do século XX, a arrastou primeiro para a órbita inglesa e, depois, à estadunidense. Cada um dos Estados agromineiros exportadores latino-americanos comunicavam-se com a metrópole, mas não havia vínculos entre eles. Houve um distanciamento geral. Este distanciamento começou a se romper com a geração do século XX, a primeira geração propriamente latino-americana, desde os tempos da Independência. Ali voltaram a se unir nicaraguenses, venezuelanos, uruguaios, argentinos, bolivianos, etc. E retoma-se a questão da unidade latino-americana.

Manuel Ugarte (2007) sintetiza a ideia de ação da Grande Pátria, já com a inclusão do Brasil. Nasce o latino-americanismo. O Brasil é o maior polo sul-americano. Está no centro da América do Sul e na verdade é o maior âmbito possível de articulação interna entre o Norte e o Sul do nosso continente. Se tomarmos o Centro brasileiro, para o norte está a Amazônia e dois países hispano-americanos importantes: Venezuela e Colômbia. Estes são a articulação com a zona caribenha, mexicana e centro-americana. A América Latina é a nossa unidade cultural mestiça, mas nossa solidez geopolítica é a América do Sul. Isto é central na estratégia.

No oriente do Brasil, está o Peru, também na fronteira da Amazônia. O Peru é a conexão entre o Norte e o Sul hispano-americano, entre a Comunidade Andina e o Cone Sul hispano-americano. Isto é, trata-se do encontro do caminho de Bolívar desde o Norte, e de San

Martín, a partir do Sul. Significa, hoje, o enlace entre a Comunidade Andina e a parte hispano-americana do MERCOSUL e associados, que, posteriormente, originou a UNASUL. E, no sul do Brasil está Argentina-Chile e a grande linha fronteira do Rio da Prata: Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Para que um brasileiro compreenda suas fronteiras é necessário que ele pense no conjunto da América do Sul. Quando se começou a pensar o desenvolvimento brasileiro em sua totalidade, pensar no Brasil requeria pensar em sua vizinhança. E a vizinhança brasileira é toda a América do Sul, o grande corpo da América Latina. Isto é mais difícil para cada país hispano-americano da América do Sul, pois nenhum se limita com o conjunto do continente como o Brasil – ele não tem fronteiras apenas com o Chile e o Equador.

A tendência natural dos hispano-americanos do Sul é uma maior fragmentação em face de suas vizinhanças limitadas. O Peru é o seu lugar central e, não é por acaso que tenha sido o centro do Vice-Reino, e o lugar onde se consuma a Independência hispano-americana do Sul com San Martín. Mas, apesar de o Peru representar a articulação central hispano-americana da América do Sul, não é, todavia, um poder central. É central, mas não é o seu núcleo. Mas a articulação tem ideias soltas com Manuel Ugarte (2007), e a Grande Pátria começa a tomar corpo, de modo independente, por dois caminhos, no final dos anos 20 do século passado.

De um lado Haya de la Torre, com seu “espaço tempo” indo-americano, no qual diferenciava a dinâmica de “quatro setores” básicos: México, América Central e o Caribe; os países andinos ou bolivarianos; Chile e os países da Prata; e o Brasil. Por outro lado, o capitão brasileiro Mário Travassos a diferenciava em “quatro regiões” essenciais. Uma o México, a América Central e o Caribe; outra, a América do Sul com suas três regiões; os países da Cordilheira dos Andes até o Atlântico; as duas bacias: do Amazonas e do Rio da Prata. Não é uma divisão por países, pois vários deles participam de mais de uma região. O que participa das três regiões, e que é considerada a interseção é a Bolívia, o turbulento “coração da América do Sul”. Então, retomemos: Qual é a aliança hispano-americana com o Brasil que realmente importa e seja central para se articular a América do Sul?

Dissemos que ao norte e ao oeste do Brasil está a Amazônia. Ou seja, um grande espaço como um deserto verde que divide a América do

Sul em duas. Este espaço vazio está se convertendo em uma fronteira real. São mais linhas divisórias da natureza que fronteiras de vivência humana. Então, a única fronteira histórica do polo hispano-americano com o lado luso-americano, o Brasil, é a bacia do Rio da Prata. Este é o local de encontro e conflito de meio milênio entre os luso-mestiços e os hispano-americanos. Só ali já existiu uma vizinhança íntima entre as duas faces da América Latina. E ali está o maior poder hispano-americano da América do Sul: a Argentina. Assim, a única fronteira verdadeiramente bifronte em vigor, e a primeira fronteira latino-americana é a do Brasil com a Argentina. E esta divisa latino-americana abrange necessariamente o Uruguai, o Paraguai a Bolívia, e a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL – é o reencontro de San Martín e Bolívar.

A aliança argentino-brasileira é o “núcleo básico de aglutinação”, como disse Juan Domingo Perón, em 1951, que o converte em um contemporâneo e o primeiro teórico e político da autonomia com a teoria do continentalismo, e o Novo ABC, ainda que não seja reconhecido nitidamente – nos círculos acadêmicos e inclusive o político.

Perón reúne a linha latino-americana do século XX com o pensamento geopolítico prussiano. No fundo, ele é a síntese dessas duas histórias. Apresenta três orientações estratégicas centrais do continentalismo sul-americano que podem ser, assim, mencionadas:

A) o continentalismo sul-americano de Perón passa pela aliança argentino-brasileira na América do Sul. É um continentalismo do subcontinente;

B) sua crença na viabilidade de um projeto de mercado interno fica manifestamente clara ao considerar que a Argentina, o Brasil e o Chile sozinhos constituem “economias incompletas”;

C) na era dos povos continentais o imperativo de 2000, “unidos ou dominados”, não constituía um simples *slogan*, senão a chave única para que a América do Sul cumpra seu destino histórico;

D) o valor dos alimentos e dos recursos naturais para o século XX e as primeiras décadas do século XXI, tomaria um valor estratégico fundamental em um sistema mundial, em uma colocação que ia muito mais além da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que se concentrava “nos termos de deterioração do intercâmbio”. A demanda do mundo Ásia e Pacífico dos recursos naturais deram razão a Perón;

E) a ideia é a de que a história é uma série sucessiva de

integrações que culminava no universalismo, e que esta fase previu o Estado Continental. Ou seja, a integração é uma passagem para o Estado Continental, caso contrário, não serve.

Amado Luis Cervo (2008) expôs a importância do conceito nas Relações Internacionais em que propõe a distinção entre teoria das relações internacionais e seus conceitos. E sustenta que o rol da primeira deve ser diminuído e reforçado o rol dos conceitos. A teoria das relações internacionais em suas versões comuns constitui a padronização das linhas de pensamento estratégico dos países centrais – destacadamente os EUA – e respondem aos seus interesses, valores e perspectivas. Os conceitos e a diferença da teoria são indutivos, pois se vinculam a raízes nacionais e regionais e servem aos nossos países – segundo Cervo – para estabelecer a capacidade explicativa e valorativa de temáticas tão vitais como a definição e legitimidade da ordem internacional. Expressam uma construção social; são conscientes e ativos em afirmar sua historicidade; incluem uma mensagem positiva; e restabelecem a validade epistemológica e metodológica da análise internacional (CERVO, 2008, p. 8-25).

Seguindo Cervo, podemos dizer que a colocação do continentalismo sul-americano de Perón brinda-o com o *status* de legitimidade como primeiro teórico e político da autonomia latino-americana. É tarefa do mundo acadêmico trazer Perón ao seu seio e introduzi-lo nos estudos de nossas Universidades, mas, também, redescobrir sua práxis, sua geopolítica continentalista e sua vitalidade no século XXI.

A América do Sul é o âmbito geopolítico da América Latina e a América Latina é o nosso círculo histórico-cultural, mas não geopolítico. A Argentina é o país que faz verossímil, confiável e fraterna a aliança com o Brasil. Este se associando com qualquer outro país hispano-americano teria prevalecido pretendendo uma relação de dependência. Em troca, o Brasil com a Argentina abrem um caminho fraternal com todos os outros. A Argentina já é potencialmente representativa dos países hispano-americanos da América do Sul, é sua tarefa histórica. O Brasil precisa de nossas fronteiras para se fortalecer, vez que sozinho só se fortalecerá se também nos deixam mais fortes. Ele deve se unificar conosco. É a lógica da UNASUL e do rumo que deverá destinar Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS).

A geopolítica da América do Sul implica o retorno de seus processos interiores. Ela se volta à necessidade de uma política interna de primeira

ordem. Os pontos vitais para a viabilidade de um Estado Continental Industrial no sistema mundial são: o poder alimentar, o poder aquífero, o poder energético e o poder demográfico, que juntos nos brindam com uma renda estratégica. E desde este marco como unidade geopolítica e geoeconômica, a América do Sul é composta por 12 países, dentro de um espaço de 360 milhões de habitantes, com cerca de 67% de todo o território da América Latina e o equivalente a 6% da população mundial, com uma integração linguística e cultural, luso-espanhola, de matriz mestiça.

A população é maior do que a dos EUA (293.027.771 habitantes), seu território de 17 milhões de km² é o dobro do estadunidense, possui uma das maiores reservas de água doce e biodiversidade do planeta e imensas riquezas minerais, de pesca e de agricultura. O século XXI convoca os grandes espaços geopolíticos. Hoje, podemos dizer que o continentalismo sul-americano, que propôs Perón, é a única realidade para redesenhar os espaços de autonomia neste novo sistema mundial.

A conclusão mais contundente desde o polo oposto da vigência do continentalismo são as declarações no Senado dos Estados Unidos, em novembro de 2005, da Secretária de Estado, Condolezza Rice, quando advertiu: “Para que o sul do continente possa ser aceito deve-se distanciar de Perón. Sim, daquele desprestigiado demagogo, nazista argentino chamado Juan Domingo Perón” (RICE⁷, 2008).

Referências

BARRIOS Miguel Ángel. *El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

_____. *Perón y el peronismo en el sistema mudo del siglo XXI*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

_____. *Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

BREZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial*. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Barcelona: Paidós, 1998.

7 Rice criticou a demagogia de Perón em La Nación, 28 de novembro de 2005. Buenos Aires.

CERVO, Amado Luis. Conceitos em Relaciones Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasilia, Brasil, 2001.

PERÓN, Juan Domingo. *América Latina: ahora o nunca*. Buenos Aires: Síntesis, 1973.

METHOL FERRÉ, Alberto. *Los Estados continentales y el MERCOSUR*. Buenos Aires: Editorial Arturo Jauretche, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *Geopolítica e política exterior*. Estados Unidos, Brasil y América del Sur. 2. ed. Brasilia: Ministerio Das Relaciones Exteriores. Fundación Alexandre de Gusmao, 2010.

GRAZIANI, Tiberio. Los Constructores de cartas ortogadas. Editorial del Número 2/2011. Euroasia. *Revista di Studi Geopolitici*. , 2011